



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH
CAMPUS IV – JACOBINA / COLEGIADO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**AMÁLIA OLIVEIRA GONÇALVES
UBIRACY PEREIRA DA SILVA FILHO**

**URBANIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONFIGURAÇÃO DO
ESPAÇO URBANO DE MORRO DO CHAPÉU, BA
NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990.**

**JACOBINA / BAHIA
2007**

**AMÁLIA OLIVEIRA GONÇALVES
UBIRACY PEREIRA DA SILVA FILHO**

**URBANIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONFIGURAÇÃO DO
ESPAÇO URBANO DE MORRO DO CHAPÉU, BA
NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990.**

Monografia Apresentada à coordenação do curso
de Licenciatura Plena em Geografia como
requisito parcial à obtenção do grau de
Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Ms. Edvaldo Hilário dos Santos

JACOBINA / BAHIA
2007

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH
CAMPUS IV – JACOBINA / COLEGIADO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**AMÁLIA OLIVEIRA GONÇALVES
UBIRACY PEREIRA DA SILVA FILHO**

**URBANIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONFIGURAÇÃO DO
ESPAÇO URBANO DE MORRO DO CHAPÉU, BA
NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990.**

Monografia aprovada em: ____/____/____,
para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Banca Examinadora:

Edvaldo Hilário do Santos, Ms. (UNEB/DCH-4) Orientador

Nome do Professor(a) de Monografia

Nome do Professor(a) Convidado(a)

JACOBINA / BAHIA
2007

[Ficha Catalográfica]

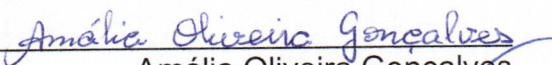
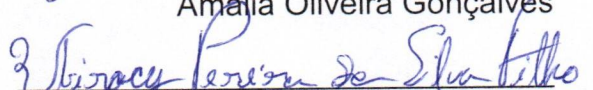
GONÇALVES, Amália Oliveira; SILVA FILHO, Uiracy Pereira,
Urbanização e suas Implicações na configuração do
espaço urbano de Morro do Chapéu, Ba: décadas de 1980 e
1990. / Amália Oliveira Gonçalves; Uiracy Pereira da Silva
Filho. Jacobina, BA: UNEB, 2007. 50 f.

Monografia (graduação) – Universidade do Estado da
Bahia. Curso de Licenciatura Plena em Geografia. Jacobina –
BA – BR, 2007. Orientador: Santos, Edivaldo Hilário dos.

1. Processos de urbanização. 2. mudanças na paisagem.
3. fatores de crescimento.

É concedida à Universidade do Estado da Bahia permissão para reproduzir cópias desta Monografia, emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. Os autores reservam outros direitos de publicação e nenhuma parte deste trabalho pode **ser reproduzido sem a prévia autorização, por escrito, dos referidos autores.**

ASSINATURAS


Amália Oliveira Gonçalves

Uiracy Pereira da Silva Filho

DEDICATÓRIA

Aos Nossos filhos Filipe Vasconcelos e
Luna Gonçalves que pacientemente suportaram à nossa
ausência.

Aos nossos pais e amigos que contribuíram para a
realização desta produção científica.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus, que sempre esteve presente em nossas vidas, dando-nos sabedoria e capacitando-nos a prosseguir.

Aos nossos pais, Ubiracy Pereira da Silva e Edinalva Nunes da Silva, Maria Lídia Oliveira Gonçalves, pela vida e pela lição de que quando pensamos grande e corremos atrás dos nossos objetivos é possível vencer.

À Filipe Vasconcelos e Luna Gonçalves, nossos filhos, que de certa forma nos deram força para continuar e que pacientemente suportaram a nossa ausência.

À Beto Rocha, pelo incentivo, pelas idéias, pela colaboração, atenção e por estar sempre presente em toda essa jornada, sem você, esta produção não aconteceria.

Ao Profº. Edivaldo Hilário dos Santos, pela orientação, idéias, indicações e preciosas contribuições na realização deste trabalho.

Agradecemos intensamente ao grande amigo e competente Luiz Zilli, a amiga e companheira Vanderlândia pelo apoio indispensável durante todos esses anos de jornada. A eles a nossa profunda gratidão.

Aos amigos, Bira, Lana, Sônia, Juliana, Andréia, Márcia, Marisselia e todos os colegas que viajaram conosco durante esses quatro anos e contribuíram também para a realização deste trabalho.

Agradecemos intensamente aos colegas de turma e a todos os professores da UNEB Campus IV, que apoiaram, creram e viabilizaram a realização deste trabalho, cujos nomes seriam difícil mencionar, sem cometer injustiças.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo compreender o processo de urbanização e suas implicações no município de Morro do Chapéu estado da Bahia, nas décadas de oitenta e noventa. As transformações ocorridas, a modificação do espaço utilizado, as ocorrências de ocupações ilegais no perímetro urbano da cidade, de forma gradual, mas que mudou a paisagem da cidade. Em meio às mudanças a ausência de políticas públicas para o processo de urbanização da cidade, acompanhado de fatores que levaram a cidade a não se propagar em seu desenho original, quais implicações explicam tais fatores, quais motivos ocorreram para tal, são objetos em questão desse trabalho de pesquisa.

Palavras Chaves: Processos de urbanização, mudanças na paisagem, fatores de crescimento.

ABSTRACT

This research has as a target to understand the urbanization process and its implications in Morro do Chapéu city hall, state of Bahia, in the 805/905.

The transformations that happen, the change of the used space, the acts of illegal occupations in the city perimeter, in a gradual way, but it changed the city view! Under those facts the changes, the absence of public policies in order to the process of the city urbanization, followed by factors that lead the city in order to not growing in its original drawing, what kind of implications can explain such factors? What kind of reasons happen for that? Those are the targets in question of this research work.

Key words: urbanization process, view changes, and the growing factors.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa de situação do Município de Morro do Chapéu (Ba).....	23
FIGURA 2: Zoneamento de da cidade delimitação do perímetro urbano.....	25
FIGURA 3: Espaço de Maior Crescimento Urbano	31
FIGURA 4: Zona de Comércio no centro da cidade.....	34
FIGURA 5: Zona Residencial	34
FIGURA 6: Zona Especial de Interesse Social.....	35
FIGURA 7: Zona de Expansão Prioritária	35
FIGURA 8: Zona de Apoio Rodoviário	36
FIGURA 9: Zona de Proteção Rigorosa	36
FIGURA 10: Unidades Geoambientais Urbanos	41
FIGURA 11 -12: Zona de Várzea – Antes e depois	43
FIGURA 13: Casas Chegando a Partes Rochosas.....	43
FIGURA 14 - 15: Esgotos Lançados no Rio.....	44

LISTA DE TABELA

Tabela 1: População Urbana, Taxa de Urbanização 1980 – 2000.....	24
--	----

LISTA QUADROS

Quadro 1: Alvará – licença para construção.....	32
Quadro 2: Imóveis Cadastrados por bairros.....	32
Quadro 3: Uso e Ocupação do Solo.....	37
Quadro 4: Divisão de área da cidade de Morro do Chapéu	37
Quadro 5: Realidade atual da infra-estrutura	38
Quadro 6: Obtenção de Licença para Construção	45

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. AS DIVERSAS ABORDAGENS SOBRE A QUESTÃO URBANÍSTICA	15
2. A CIDADE DE MORRO DO CHAPÉU E SEUS ASPECTOS URBANOS.....	23
2.1. Localização, histórico e limite do perímetro urbano da cidade	23
2.2. A influência do modelo urbano adotado pela cidade	26
2.3. Legislação e aplicabilidade	27
2.4. Instrumentos do Estatuto da Cidade	29
3. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS INFLUENCIADORES	30
3.1. Crescimento urbano, Parâmetros de uso e ocupação do solo	32
3.2. Zoneamento de áreas.....	34
4. DESAFIOS DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA CIDADE DE MORRO DO CHAPÉU	38
4.1. Problemas diagnosticados e possíveis soluções	42
4.2. Implicações de caráter sócio-ambientais	43
4.3. Legalização de ocupações indevidas	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização após a primeira revolução industrial, inserida em uma visão capitalista gerou uma organização do espaço, acompanhada de diversos problemas, persistindo até hoje.

Podemos observar a aceleração do ritmo da urbanização de muitas cidades, que tem acontecido de forma desigual e não é acompanhada pela infra-estrutura básica necessária, bem como, o acréscimo das desigualdades sociais e a explosão da periferia.

A urbanização, após a Revolução Industrial, consistiu na transferência da população do meio rural para o urbano, gerando um rápido aumento da população, os homens deslocavam-se às cidades com o objetivo de ascensão social, buscando promover uma melhoria na qualidade de vida, até então não oferecidos no meio rural.

O crescimento desigual das cidades e o surgimento de zonas periféricas estão mudando o traçado do espaço urbano e gerando graves problemas de ordem política e sócio-econômicos.

O reconhecimento e a necessidade de se planejar o espaço urbano iniciaram-se nos fins do século XIX, no Reino Unido, Europa e América do Norte. Como resultados dos problemas das cidades industriais surgiram o desemprego, altas taxas de mortalidade, fome, epidemias oriundas das precárias condições sanitárias, entre outras mazelas sociais tipicamente urbanas. Os modelos de planejamento urbanísticos criados desde a revolução industrial, não possuem caráter uniforme, e variam conforme sua configuração sócio-espacial.

O problema das ocupações irregulares de terrenos urbanos para moradia da população de baixa renda se repete na maioria das cidades brasileiras e nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. O resultado é o crescimento desigual e o inchaço das cidades com falta de infra-estrutura para garantir as necessidades básicas do cidadão, reconhecidas na Constituição Federal de 1988 e no "Estatuto da

Cidade” no art. 2º da lei, que dispõe: "a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I - garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, a infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações."

Essa realidade é o reflexo dos vários problemas sociais enfrentados por países como o Brasil, onde existe grande concentração de renda e onde há, historicamente, uma corrente migratória do campo para a cidade em busca de emprego e dos benefícios da vida urbana. A forma para garantir o acesso à moradia é à invasão de terrenos ociosos, seja em grupos que se organizam politicamente ou em atos isolados.

Com isso, analisaremos o processo de urbanização da cidade de Morro do Chapéu que durante a sua formação teve influência européia, sobretudo Paris do final do século XIX, o que fez da cidade uma exceção à regra na região. Uma cidade inicialmente planejada, com ruas largas, espaço para praças, seguindo o mesmo padrão do centro para os demais arredores para onde a cidade ia crescendo.

No entanto, nas últimas duas décadas, o crescimento desigual muda o traçado da cidade, com o aparecimento de ruas sem uniformidades, alterando o seu traçado original.

Desta forma este trabalho de pesquisa visa uma compreensão dos processos urbanísticos da cidade, bem como entendermos sua logística e dinâmica sócio-espacial até hoje elaborados, enfocando os principais agentes que contribuem para essa problemática.

Em fim, a paisagem considerada como forma de espaço geográfico esconde e revela o movimento, sua historicidade e sua natureza social bem como seu dinamismo determinado pelo tipo de "desenvolvimento" que a reprodução do capital imprime ao processo espacial. O urbano aparece como obra histórica que se reproduz continuamente; onde todos os elementos que atuaram ou atuam no processo histórico estão inscritos, onde a cidade aparece como a materialização da reprodução das relações materiais de produção de determinada sociedade, num determinado momento da história da humanidade. (CARLOS, 1994, p. 64)

Sobre o modo de produção capitalista, podemos dizer que quando uma comunidade cresce, além do aumento da população, há também a segregação e diferenciação

desta, culminando numa competição pelos espaços mais valorizados e uma conseqüente divisão social.

Esta pesquisa orienta-se na direção da compreensão do processo de urbanização e suas implicações na configuração do espaço urbano em Morro do Chapéu nas duas últimas décadas que pode ser analisada por diversas perspectivas. A questão central desta pesquisa é analisar quais fatores são causadores das implicações numa urbanização desigual, sobre impactos ambientais visíveis sem providência dos órgãos fiscalizadores. Desta forma o objetivo principal deste trabalho, portanto, não é fazer um resgate histórico do processo de urbanização da sede do município de Morro do Chapéu, é, sobretudo compreender o processo de urbanização das últimas duas décadas que levou ao modelo urbanístico que predomina na atualidade.

Este trabalho de pesquisa está estruturado em cinco capítulos, além da Introdução que apresenta em linhas gerais de que trata a pesquisa, sua justificativa e seus objetivos. No primeiro capítulo, analisamos as concepções de alguns autores quanto às diversas abordagens sobre o processo de urbanização. No segundo capítulo, começamos apresentando uma visão geral da cidade objeto desta pesquisa, localização, formação, influências, legislação aplicadas.

No terceiro capítulo, demonstramos a realidade sócio-econômica a qual a cidade está inserida, as formas de utilização do espaço, zona de influência, impactos ambientais, áreas de usos indevidos. No quarto capítulo desafios e dilemas no processo de urbanização e suas implicações na cidade.

No último capítulo, Considerações Finais: processo de urbanização, suas implicações para a cidade de Morro do Chapéu.

1 AS DIVERSAS ABORDAGENS SOBRE A QUESTÃO URBANÍSTICA

A teoria da dinâmica social no crescimento urbano tem sua origem no século XIX, para os analistas sociais a metrópole industrial marcava um divisor cultural fundamental. O fascínio exercido pelos centros urbanos, tornou o objeto de desejo de pessoas ansiosas por melhores condições de vida, acesso à moradia, a saúde, educação, lazer, etc. Dentro desta perspectiva foi inevitável o afastamento de grande parte da população da zona rural, que migravam para os centros urbanos.

Muitas pesquisas foram feitas, na intenção de procurar entender as formas de organização social, fator que acontece naturalmente, quando pessoas se congregam em cidades. O fenômeno urbano no terceiro mundo, segundo Clark (1991) foi produto totalmente diferenciado dos acontecimentos que ocorreram nos países de primeiro mundo. Os países industriais já usavam os países pobres, primeiro como fonte para extração de matéria-prima e como local de venda de suas manufaturas, não gerando os empregos necessários àquela população que ficou excedente, formando uma nova concentração nos centros urbanos que foi e é o favelamento, um dos produtos da industrialização.

O Brasil difere desses países pela rapidez de seu crescimento. Enquanto na Europa esse processo começou no século XIX, impulsionado pela Revolução Industrial, em nosso país ele só se acentuou a partir de 1950, com a intensificação da industrialização. O êxodo rural aumentou na década de 1970, com a cidade de São Paulo assumindo a posição de principal pólo de atração.

De acordo com Santos (1994), há uma crescente preocupação com questões urbanas no Brasil, sua estrutura, a forma de ocupação, os fatores econômicos e sociais presentes, as políticas públicas, os investimentos, recursos locais ou instalações de instituições privadas que promovem a circulação do capital. Outro fator também questionado e analisado é a presença rural no ambiente urbano, isso porque, devido à modernização agrícola as famílias não conseguem permanecer no campo e buscam na cidade, nova forma de adaptação e sobrevivência na cidade,

isso também pode ocorrer devido ao desenvolvimento urbano, ou seja, devido à sua expansão territorial que acaba chegando às proximidades rurais e incluindo estas em seu espaço total, assim o campo não vai ao encontro da cidade, como acontecia com o êxodo rural em décadas anteriores, esta é quem chega ao campo. Por isso, segundo Santos (1994),

... a grande cidade, mais do que antes é um pólo da pobreza (a periferia no pólo), o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub-humanas. A grande cidade se torna o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos, isto é, o teatro de numerosas atividades "marginais" do ponto de vista tecnológico, organizacional, financeiro, previdenciário e fiscal. [...] e o fato de que a população não tem acesso aos empregos necessários, nem aos bens e serviços essenciais, fomenta a expansão da crise urbana. (SANTOS, 1994, p. 9-10)

Assim, com a crescente expansão, embora muitas cidades continuem a se desenvolver economicamente, grande parte da população não acompanha esse ritmo, empobrecendo constantemente. Isso acarreta sérios problemas no espaço, a exemplo da formação de favelas e de um novo poder paralelo ao poder do Estado, pois muitas dessas têm quem as comande e a população se sujeita a esse poder como garantia à sobrevivência, com isso, a cidade, em sua nova organização, tem a pobreza como modelo socioeconômico, demonstrando uma forte separação entre a parte economicamente desenvolvida (centro urbano) e a marginalizada (periferia).

Desse modo, deve ser tentada uma pequena teoria da urbanização brasileira como processo, como forma e como conteúdo dessa forma. O nível da urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população são realidade a ser analisada à luz dos subprocessos econômicos, políticos e sócio-culturais, assim como das realizações técnicas e das modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos. (SANTOS, 1994, p. 11)

Assim, embora a cidade cresça, há um divisor de classes e força de trabalho, nesse ponto a questão intelectual é fundamental, aqueles que tiveram uma boa escolarização, pode ainda tentar migrar para a classe média e aqueles que têm apenas a mão-de-obra barata para vender, permanece nas periferias, com isso ocorre dentro da cidade uma forte divisão social do trabalho, tendo como consequência também a divisão do espaço no mesmo local. Dessa forma, *"quanto mais intensa a divisão do trabalho numa área, tanto mais cidades surgem e tanto mais diferentes são umas das outras"*. (SANTOS; 1994, p. 52)

Em outras palavras, quanto mais intensa a divisão de trabalho, maior será a necessidade de criação de recursos, riquezas, enfim, de geração de capital e

logicamente a cidade tenderá ao crescimento, mesmo que a população pobre viva em condições de miséria.

Contudo esse problema de concentração pobre da população em bairros periféricos não se dá somente em cidades grandes, pois segundo Santos (1994):

Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. O seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem, etc. são elementos de diferenciação, mas em todas elas problemas como os do emprego, da habitação dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde, são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade, mais visível se torna essas mazelas. Mas essas chagas estão em toda parte. (SANTOS, 1994, p. 95).

É em decorrência do crescimento desigual, segundo a discussão dos vários autores aqui apresentados que temos o agravamento dos problemas urbanos e ambientais das cidades, isto tem ligação direta com a condição cultural e socioeconômica da população.

O processo de modernização da economia brasileira, até os dias de hoje, não levou à superação da pobreza e das desigualdades sociais. A modernização aprofundou as desigualdades já existentes, geradas num passado distante, pois esteve apoiada numa maior concentração de rendas. Apesar da expansão das camadas médias, que apresentam um bom poder aquisitivo e contribuíram para a expansão do mercado consumidor, a diferença de rendimentos entre ricos e pobres é hoje muito maior do que no início da modernização. A urbanização passa a ser então uma face acentuada do processo de dependência econômica, na qual, da divisão social do trabalho, resultou a organização da sociedade, com os indivíduos sendo classificados de acordo com a natureza das atividades sociais que eles desempenhavam.

Diante dessas abordagens, podemos observar que o aspecto dos centros urbanos, conseqüentemente, a cidade como local de elevados padrões de qualidade de vida, acaba contrastando com os problemas de segurança, saneamento básico, lazer, educação, saúde, infra-estrutura, transporte, que aumentam em complexidade na proporção direta de expansão urbana.

A incapacidade de absorção dos migrantes rurais ao meio urbano é dificultada basicamente por três motivos: baixo poder aquisitivo para alocar em áreas urbanizáveis da cidade, direcionando-se para locais de submoradia, falta de

qualificação profissional para ser utilizada nas atividades urbanas, isso obriga-os a viver de subempregos, mais precisamente nos ramos da economia informal, em alguns casos, e sobrevivendo à beira da pobreza e, falta de uma infra-estrutura urbana que vise a geração de novos empregos para absorver, de imediato, este novo contingente populacional. A realidade é que a urbanização (des)ordenada, que pega os municípios despreparados para atender às necessidades básicas desses migrantes, causa uma série de problemas sociais e ambientais. Dentre eles destacam-se o desemprego, a criminalidade, a favelização e a poluição do ar e da água.

Quando uma comunidade cresce, além do aumento da população, há também a segregação e diferenciação desta, culminando numa competição pelos espaços mais valorizados e uma conseqüente divisão social.

Estes motivos exercem uma atuação simultânea e fundamental para formação do setor periférico das cidades, ampliando paralelamente os espaços suburbanos. Há que se considerar que estes fatores contribuíram para o processo urbanístico, vindo paralelamente acompanhado de uma vasta (des)organização social e espacial, com o surgimento de novos bairros periféricos e o aumento dos já existentes, vindo a aumentar a existência de habitações inadequadas onde as submoradias são comuns. *“A demanda de terras e habitações depende do aparecimento de novas camadas sociais, oriundas em parte de fluxos migratórios e que detém nível de renda que as torna capacitadas a participar do mercado de terras e habitações(...)”* (CORRÊA, 1989, p. 17).

Desta forma, entendemos que nas cidades o processo de segregação/exclusão se intensifica cada vez mais, fruto de um processo de urbanização espoliativo, onde grande parte da população (que se encontra desempregada ou possui baixos salários) fica destituída dos benefícios urbanos, tendo que se dirigir a lugares com pouca ou nenhuma infra-estrutura para garantirem sua moradia. *“A distribuição espacial da população no quadro desse crescimento caótico reflete a condição social dos habitantes da cidade, espelhando no nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas”.* (KOWARICK; 1993, P. 34)

A citação de Kowarick nos remete à lógica da produção do espaço urbano, em que a produção se faz de forma coletiva, sendo uma construção social, mas a apropriação

desse espaço se faz de forma privada, com grandes diferenciações e com uma seletividade que obedece aos interesses e ditames da sociedade capitalista. A nossa urbanização, em conseqüência, é caracterizada pelo permanente e crescente descompasso entre o lento crescimento das cidades e a veloz expansão das suas margens. Portanto, a estruturação do espaço urbano, segue aos interesses do modo de produção capitalista e reforça a diferenciação entre as classes sociais através da segmentação sócio-espacial urbana. Esta segmentação é construída por diferentes agentes produtores do espaço urbano, com diferentes interesses e condutas.

Carlos (1992) reforça esta idéia, de que o modo de ocupação do espaço urbano, está diretamente ligado ao sistema de reprodução capitalista, uma vez que aqueles que têm melhores condições ocupam os melhores espaços, gerando exclusão social, e efetivamente criando novos agentes modeladores, os grupos sociais excluídos, que produzem o seu próprio espaço, isto acontece através da produção de favelas em terrenos públicos ou privados.

Em suma, é o processo de reprodução do capital que vai indicar o modo de ocupação do espaço pela sociedade, baseado nos mecanismos de apropriação privada, em que o uso do solo é produto da condição geral do processo de produção da humanidade, que impõe uma determinada configuração do espaço urbano. (CARLOS; 1992, p 28)

De acordo com Corrêa (1989), diferentes agentes têm participado direta ou indiretamente na produção do espaço urbano: *"... a ação desses agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital e das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem"*.(CORRÊA; 1989, p. 55)

Fonseca (2005) discute também essa busca por interesses, o território, faz parte do imaginário social, mas é também um espaço de disputa de poder, base para a representação que é apropriada e re-elaborada, tanto por grupos dominantes como por outros grupos que se valorizam para defender seus interesses territoriais. Ambos constroem, a partir dele (espaço urbano), um conjunto de idéias e conceitos que são re-assimilados coletivamente como identidade, ou seja, nos é mostrado o uso do espaço urbano pelo mecanismo do capital, o território acaba ajustando-se a essa realidade e por conseqüência ao uso do capital no território a submissão do poder das instituições. Temos uma engrenagem em que os interesses coletivos ficam à deriva, a lógica é a imposição do mais forte sobre o mais fraco, mascarando a

realidade do território. O espaço urbano explicado pelo seu uso, e o sistema de representação utilizado atualmente nas instituições públicas está sempre a serviço do capital. Segundo o autor os municípios:

... passaram a canalizar um crescente número de iniciativas políticas e econômicas inovadoras destinadas a resolver sérios problemas que afetam as coletividades locais – falta de emprego, estagnação econômica, deficiência de saneamento básico, difícil acesso à educação e saúde da população mais pobre, etc – e que também atingem diretamente o cotidiano e a qualidade de vida dos cidadãos. (FONSECA, 2005, p. 59 - 60)

Pois, cada momento histórico tende a produzir uma ordem espacial específica vinculada a uma ordem econômica e a uma ordem política. Desta forma entendemos espaço urbano como um conjunto ligado de sistemas de objetos e ações.

Convém analisar o município segundo a sua organização interna, pois, como sabemos boa parte dos investimentos públicos embora sejam destinados a localidades específicas, nem sempre são pautados em políticas comprometidas com a generalização da melhoria das condições locais dos segmentos sociais menos favorecidos, configurando o que Santos (1994) em seu livro *A Urbanização Brasileira* denominou cidade econômica em detrimento da cidade social; por assim dizer, o próprio poder público termina por criar escassez e desigual distribuição geográfica na dotação daqueles bens e equipamentos indispensáveis e dos serviços essenciais à população, submetendo o referido segmento social a condições ainda mais precárias de existência.

Em suas considerações sobre o espaço urbano, Corrêa (2001) defende a tese de que o mesmo *“é fragmentado e articulado, reflexo e condição social, e campo simbólico e de lutas”* e se caracteriza *“pela justaposição de diferentes paisagens e usos da terra”* (p. 145); o autor também reitera que o caráter articulado do espaço urbano, no capitalismo, *“manifesta-se através de relações espaciais que envolvem a circulação de decisões e investimentos de capital, mais-valia, salários, juros, rendas, envolvendo ainda a prática do poder e da ideologia em sua dimensão espacial”* (p. 147), reiterando que essas relações espaciais são, antes de qualquer coisa, de natureza social. O autor prossegue afirmando que O espaço urbano capitalista é profundamente desigual:

a desigualdade constitui-se em característica própria do espaço urbano capitalista, refletindo, de um lado, a desigualdade social expressa no acesso desigual aos recursos básicos da vida e, de outro, as diferenças

locacionais das diversas atividades que se realizam na cidade (CORRÊA, 2001, p. 148-149).

Em muitas cidades brasileiras é comum a verificação de que nas periferias, em geral, local de moradia dos pobres, há escassez e/ou precariedade daqueles serviços sociais indispensáveis à melhoria das condições de sobrevivência da população. Não obstante Santos (1994) conclui que:

a cidade, onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está desse modo fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções. Essas, para se tornarem efetivas, supõem atenção a uma problemática mais ampla, pois o fato urbano, seu testemunho eloqüente, é apenas um aspecto. Daí a necessidade de circunscrever o fenômeno, identificar sua especificidade, mensurar sua problemática, mas, sobretudo, buscar uma interpretação abrangente. (p. 11).

Segundo Silveira (2003) o espaço urbano pode ser definido através de suas características demográficas, de sua morfologia, e suas funções e do seu papel econômico e social.

Clark (1991) retrata que os estudos geográficos urbanos são feitos a partir da tabulação de dados que resumem as características dos lugares urbanos como as atividades de uso do solo e das relações que ocorrem dentro e entre os lugares, onde confrontados permitem um entendimento das formas, funções e complexidade de troca inter e intra-urbana dos lugares. A maneira de como esses dados é abordado permite verificar a amplitude das relações sócio-econômicas ou interacionais dos lugares, comparando-as ou correlacionando-as com outros, objetivando verificar as semelhanças e diferenças estruturais, e a extensão em que as mesmas interagem e interdepende, como parte de um sistema. Discute ainda o fenômeno do crescimento das cidades, sendo influenciado tanto por fatores econômicos, como sociais, importantes para o entendimento da urbanização. Ele traça ainda, uma análise deste crescimento das cidades através da Teoria do crescimento urbano centrado sob duas linhas de pensamento: os fatores econômicos, dando ênfase à Teoria da Base Econômica e aos laços sociais, que é a capacidade do ser humano de se congregarem.

Vamos encontrar na obra de Corrêa (1989) explicação para a particularidade de cada localidade no contexto regional a qual está inserida.

Foi verificado que de acordo com o tipo de sociedade, as relações entre cidade e região não se processam do mesmo modo e com a mesma intensidade. No entanto, num esforço de síntese, como fez Pierre George,

pode-se apontar em suas linhas gerais estas relações, lembrando, porém, que refletem uma visão cidadina da questão. (CORRÊA, 1989, p. 40)

Castells (2000) relaciona alguns problemas atuais do processo de urbanização, como: A aceleração do ritmo da urbanização, a nível mundial; a concentração urbana nas regiões periféricas sem o respectivo crescimento econômico, que aconteceu na primeira urbanização nos países capitalistas industrializados; o aparecimento de novas espacialidades sociais, com destaque para as metrópoles; a relação do fenômeno urbano com novas formas de articulação social provenientes do modo de produção capitalista.

O estudo sobre a realidade do espaço urbano (e regional) de acordo com Castells (2000) e suas manifestações concretas, para intervir na busca de uma melhor qualidade de vida constitui na essência do urbanismo, desde quando surgiu como estudo da cidade, intervindo nos seus espaços, sendo que este espaço urbano sofre diversas formas e propostas de intervenção física, especialmente no seu traçado, para o seu embelezamento ou melhoria da infra-estrutura especialmente, ou para melhorar o saneamento e a circulação, esse espaço urbano sofre transformações permanentes.

Segundo Castells (2000) o espaço urbano se caracteriza por ser *“um espaço estruturado que não está organizado ao acaso e os processos sociais que se liga a ele exprimem, ao especificá-los, o determinismo de cada tipo e de cada período de organização social”*. (Castells, 2000, p 182)

Numa abordagem crítica feita por Maricato (2000) diz que *“... o Urbanismo brasileiro (entendido como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade apenas...”* (MARICATO, 2000, p.112), e assim se percebe o Urbanismo como instrumento de dominação e de idealização de uma cidade “moldada” aos interesses das elites, e isto se faz através da busca por uma modernização da cidade e aplicação de zoneamento funcional das atividades, através de uma normatização do espaço urbano.

2 A CIDADE DE MORRO DO CHAPÉU E SEUS ASPECTOS URBANOS

2.1 Localização, histórico e limite do perímetro urbano da cidade.

O município de Morro do Chapéu (BA), desmembrado do município de Jacobina em 1864, pela lei provincial nº 933 de 07 de maio, possui uma área de 5.920 km² e está localizado a noroeste da capital do Estado, na região setentrional da Chapada Diamantina, distante 388 km da capital do Estado - Salvador - por via rodoviária BR 324/426. A sede do município situa-se a 11° 32' 48" S e 41° 09' 26" W. (Figura 1).



Figura 01: Localização do município, no estado da Bahia.
 Fonte: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), 1995.
 Adaptação: Amália Gonçalves e Ubiracy Silva Filho, 2007.

Fundado a partir da concessão de terras ao 6º Conde da Ponte, por Manoel Ferreira dos Santos e filhos, José Joaquim Cardoso e Antonio Guedes de Brito, onde o missionário capuchinho, Frei Clemente Adorno, em 1795, construiu a Capela de Nossa Senhora da Graça (hoje a atual Igreja Matriz). A pequena aglomeração de casas foi elevada à categoria de freguesia, em 07.05.1864, através da Lei

Providencial n° 933, elevada à categoria de vila e município, formada pelas freguesias de Nossa Senhora da Graça e de Nossa Senhora da Conceição de Mundo Novo (desmembrada da freguesia de Monte Azul – atual Mairi). Em 08.08.1909, através da Lei Estadual n° 751, a vila de Morro do Chapéu foi elevada à categoria de cidade, sendo o primeiro Intendente Interino, o Sr. Francisco Nere Batista. A história da origem do nome de Morro do Chapéu diz que os primeiros a penetrar nas terras da Chapada perceberam um monte com forma de chapéu, logo, começaram a chamá-lo de morro do chapéu. Hoje é denominado de Morrão, com uma altitude de 1.293m acima do nível do mar, sendo o ponto mais alto do município. Uma outra versão sobre a origem do nome do município, é que nas imediações do Morrão moravam índios Paiaiás, que amarravam ou cortavam o cabelo em forma de chapéu. Com a sede municipal localizada praticamente na região central do Estado da Bahia, Morro do Chapéu foi desde o início do século passado, ponto de pouso e de passagem de tropeiros que transportavam suprimentos de Jacobina para as Lavras de Lençóis.

Analisando os dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE nos anos de 1980, 1991 e 2000 podem se observar que na década de 1980 a população urbana de Morro do Chapéu, cresceu a uma taxa média anual de 5,38%. Enquanto que a taxa de urbanização cresceu 4,44%.

Tabela 1: População Urbana, taxa de urbanização, 1980 a 2000.

Ano	População Urbana	Média de Crescimento anual (%)	Taxa de Urbanização (%)	Média de Urbanização Anual (%)
1980	9.746	-	30,71	-
1991	15.519	5,38	48,85	4,44
2000	16.247	0,47	57,38	5,74

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980

Elaborado por: Amália Gonçalves e Ubiracy Silva Filho.

Os limites do perímetro urbanos da cidade são estabelecidos pela Lei Municipal 716 de 23 de maio de 2005, definidas pelas coordenadas geográficas UTM, constante no mapa abaixo: (Figura 2)

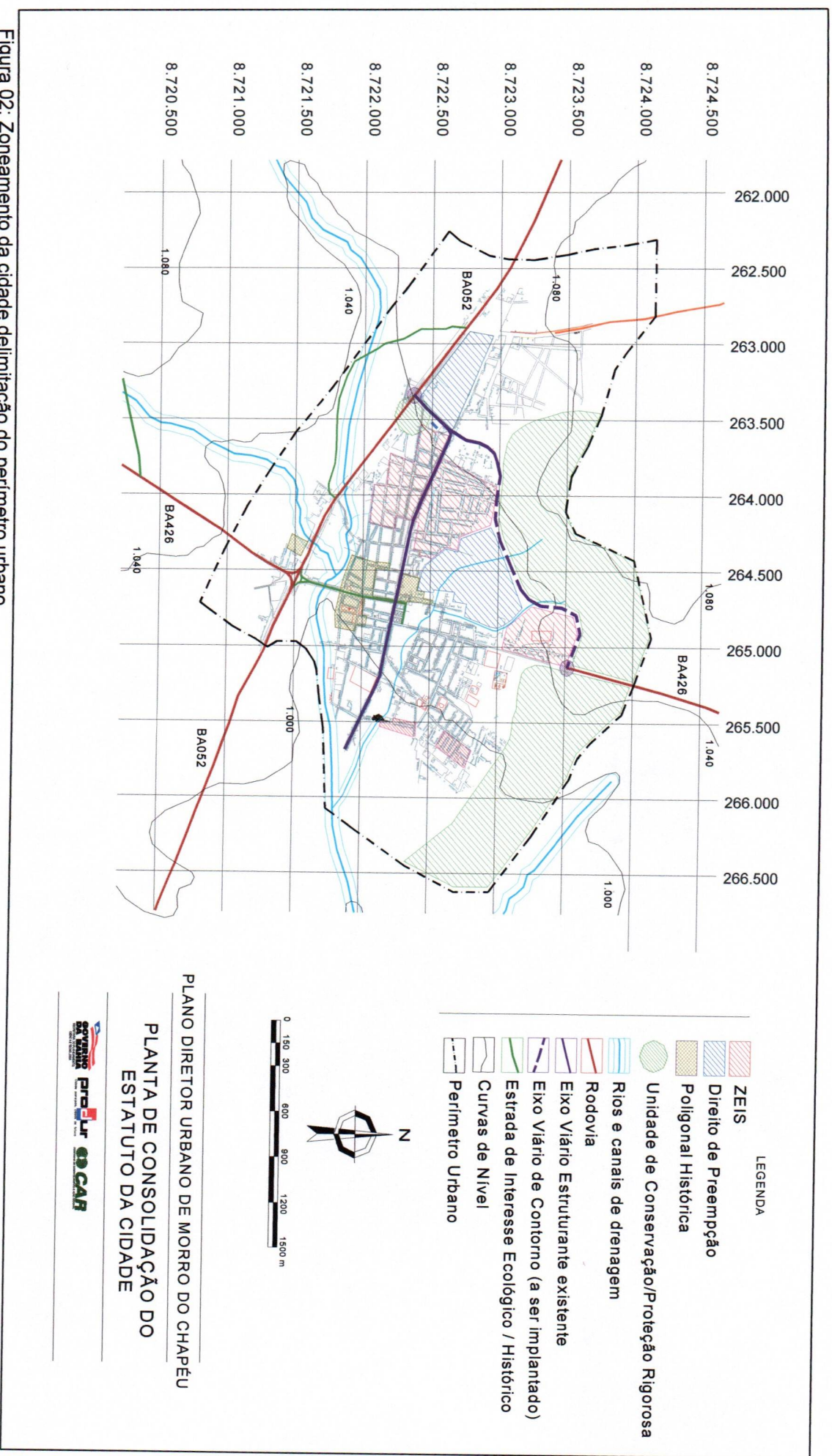


Figura 02: Zoneamento da cidade delimitação do perímetro urbano
 Fonte: Plano Diretor Urbano de Morro do Chapéu/2005
 Adaptação: Amália Gonçalves e Ubracy Silva Filho

2.2 A influência do modelo urbano adotado pela cidade

Na primeira década do século XX, o processo de urbanização em grandes centros estava acontecendo, a exemplo do Rio de Janeiro, também por conta de questões sanitárias, Salvador passava por processo de melhorias urbanas na cidade baixa, sob fortes influências das transformações ocorridas em Paris com as reformas urbanistas.

Em meio a esse contexto a cidade de Morro do Chapéu recebe a influência do seu Intendente o Cel. Francisco Dias Coelho, homem letrado, negociante de carbonato e diamantes que mantinha relações com os grandes centros, sobretudo quando passou a representar a empresa Levi de Paris. Em meio a esse histórico a cidade se projeta com moldes de uma cidade moderna, diferente das demais criadas na região até então. Esse fato veio a predominar no crescimento da cidade enquanto o mesmo tinha baixas taxas de crescimento seguindo influência do projetado pelo seu idealizador que seguia padrões de crescimento urbano segundo normas aplicadas.

Podemos verificar na formação das ruas originárias da cidade, a particularidade de Morro do Chapéu em comparação as demais da região. Ruas com larguras padronizadas, especificações de padrão de construção, espaços públicos pré-definidos no processo de ocupação, fato previsto na Resolução de número 30 de 19 de janeiro de 1910 intitulada de Código Municipal de Postura, sancionada pelo intendente o Cel. Francisco Dias Coelho, em seu Capítulo I que trata das Edificações contendo 17 artigos, que disciplina o uso e ocupação da zona urbana da cidade de Morro do Chapéu.

Desta forma podemos observar que as principais ruas foram projetadas com normas formais, o que fez do centro da cidade, ter desenho de uma cidade projetada, já que a mesma obedece aos padrões de edificações de ruas, casas, calçadas prevista em sua própria legislação. Esse desenho só veio a ser alterado a partir da segunda metade da década de 80, quando a cidade passou a ter maior taxa de desenvolvimento. A chegada da implantação da cafeicultura na região, maior investimento público na economia local contribuíram pra uma maior taxa de crescimento que as décadas anteriores.

2.3 Legislação e aplicabilidade

Legislação Urbana Municipal diz respeito ao conjunto de leis que versam sobre questões urbanas e são de competência de cada Município. Segue abaixo a citação das principais leis, normas, códigos e afins que fazem parte deste conjunto:

O Plano Diretor Municipal foi instituído pela Lei Municipal nº 715 de 23 de maio de 2005. É o produto final de uma elaborada cadeia normativa, em que todos os aspectos do uso do solo serão considerados, desde os de segurança nacional até os de mera conveniência da população de bairros, avenidas e ruas. Deve se orientar pelo Estatuto da Cidade, que apresenta como conteúdo um complexo de normas legais, abrangendo o desenvolvimento sócio-econômico, o meio ambiente e o uso e ocupação do solo, projetados para um determinado período, para a vida municipal.

A Lei Municipal nº 716 de 23 de maio de 2005 que define o Perímetro Urbano do Município de Morro do Chapéu foi aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada no dia 06 de junho de 2006, fixa os limite do perímetro urbano do município por coordenadas geográficas em UTM.

A Lei Municipal nº 717 estabelece normas sobre o Parcelamento do Solo Urbano e disciplina o seu uso através do Zoneamento do Município de Morro do Chapéu é elemento importante e fundamental de execução do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. Segundo José Afonso da Silva, “entende-se por parcelamento do solo urbano o processo de urbanificação de uma gleba, mediante sua divisão ou redivisão em parcelas destinadas ao exercício das funções elementares urbanísticas”. Pode ser feito por arruamento, loteamento, desmembramento, desdobro de lote ou reparcelamento. Cabe à lei de parcelamento do solo municipal fixar as normas urbanísticas específicas, atendidas as peculiaridades locais, para a aprovação, em primeiro lugar, dos loteamentos, desdobros e reparcelamentos. Caberá ao Município legislar no sentido de disciplinar os loteamentos e desmembramentos para fins urbanos, em seu território, até a zona de expansão urbana, dispondo as exigências de obras de infra-estrutura, as diversas percentagens de áreas de reserva pública, as exigências para o arruamento, as densidades de ocupação para as glebas, as áreas não edificáveis destinadas a

equipamentos urbanos, etc. A maioria dos Municípios, no Brasil, possui legislações próprias sobre loteamentos e desmembramentos urbanos.

A Lei de Zoneamento: segundo a Associação Internacional de Administradores Municipais “zoneamento é a divisão de uma comunidade em zonas para o fim de regular o uso da terra e dos edifícios, a altura e o gabarito das construções, à proporção que estas podem ocupar e a densidade da população (...) As posturas referentes ao zoneamento não se assemelham aos códigos de construções e códigos sanitários, os quais, em geral, se aplicam uniformemente a todos os terrenos ou edifícios de uso e caráter equivalentes, estejam onde estiverem localizados dentro da área urbana (...) No zoneamento, as normas impostas podem ser diferentes nas diversas zonas, mas devem ser idênticas em zonas da mesma espécie ou dentro da mesma zona (...) Para cumprir efetivamente seus propósitos e para ser legalmente defensável, toda postura de zoneamento deve ter caráter amplo, isto é, aplicar-se a toda a área da comunidade e incluir as prescrições relativamente ao uso, altura e área”.

O Código de Posturas foi instituído pela Lei Municipal nº 718 dispõe sobre medidas de polícia administrativa a cargo do Município, em matéria de higiene e ordem pública: tratamento da propriedade, dos logradouros e dos bens públicos; horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais e matéria conexa, estatuidando as necessárias relações entre o poder público e os particulares.

O Código de Obras disciplina procedimentos administrativos e executivos e as regras gerais e específicas que dizem respeito a obras, edificações e equipamentos, inclusive os destinados ao funcionamento de órgãos ou serviços públicos, no âmbito da competência do Município. Trata-se de uma lei complementar que tem como objetivos orientar os projetos e as execuções das obras e edificações no Município, e assegurar a observância e promover a melhoria dos padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade e conforto das edificações de interesse para a comunidade.

Criada em 1990 e reformulada em 17 de junho de 2002, dispõe sobre as questões Da Ordem Econômica e Social, na Sessão II, Da Política Urbana nos artigos transcritos:

Art. 87 – A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e seus bairros, dos distritos e dos aglomerados urbanos, e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Art. 90 – O Município assegurará a participação das entidades comunitárias e representativas da sociedade civil organizada, legalmente constituídas, na definição do Plano Diretor e das diretrizes gerais de ocupação do território, bem como na elaboração e implementação dos planos, programas e projetos que sejam concernentes.

2.4 Instrumentos do Estatuto da Cidade

De acordo com as referências do Estatuto da Cidade, os instrumentos considerados adequados para normatizar e induzir o desenvolvimento urbano da cidade de Morro do Chapéu são: zona especial de interesse social e o direito de preempção. Estes mecanismos legais possibilitam a identificação de áreas do sítio urbano que apresentam especial interesse social decorrente de problemas crônicos ligados à intensa demanda por infra-estrutura, serviços sociais, emprego, renda e organização social; estabelece parâmetros específicos de uso e ocupação do solo e prioridades de intervenções que promovam elevação da qualidade de vida dos moradores locais. No caso de Morro do Chapéu, as áreas indicadas para este tratamento legal são aquelas que apresentam maior vulnerabilidade sócio-ambiental previstas no zoneamento.

Quanto ao direito de preempção o poder público pode-se utilizar deste instrumento para ter prioridade para adquirir qualquer bem imóvel que possua significativo interesse sócio-econômico, a partir de um planejamento estratégico.

3 - ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS INFLUENCIADORES

O município está inserido na Região Econômica do Piemonte da Chapada Diamantina. Unidade estabelecida pelo governo do estado para fins de planejamento e formada por 24 municípios que guardam vínculos e identidade econômica entre si.

Os principais indicadores sócio-econômicos organizados nos dados de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, publicado pelo IPEA em 2003 podemos destacar o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que cresceu 20,28, passando de 0,503 em 1991 para 0,605 em 2000. No período 1991/2000 a renda per capita média do município cresceu 54,85%, passando de R\$ 68,97 em 1991 para 106,80 em 2002.

Em 2000, de acordo com os dados do SEI, o Produto Municipal de Morro do Chapéu, era de R\$ 60,00 milhões e ocupava o 75º entre os 417 PIBs municipais do ranking baiano, isso significa uma participação de 0,13 no PIB da Bahia e 5,5% do PIB da região.

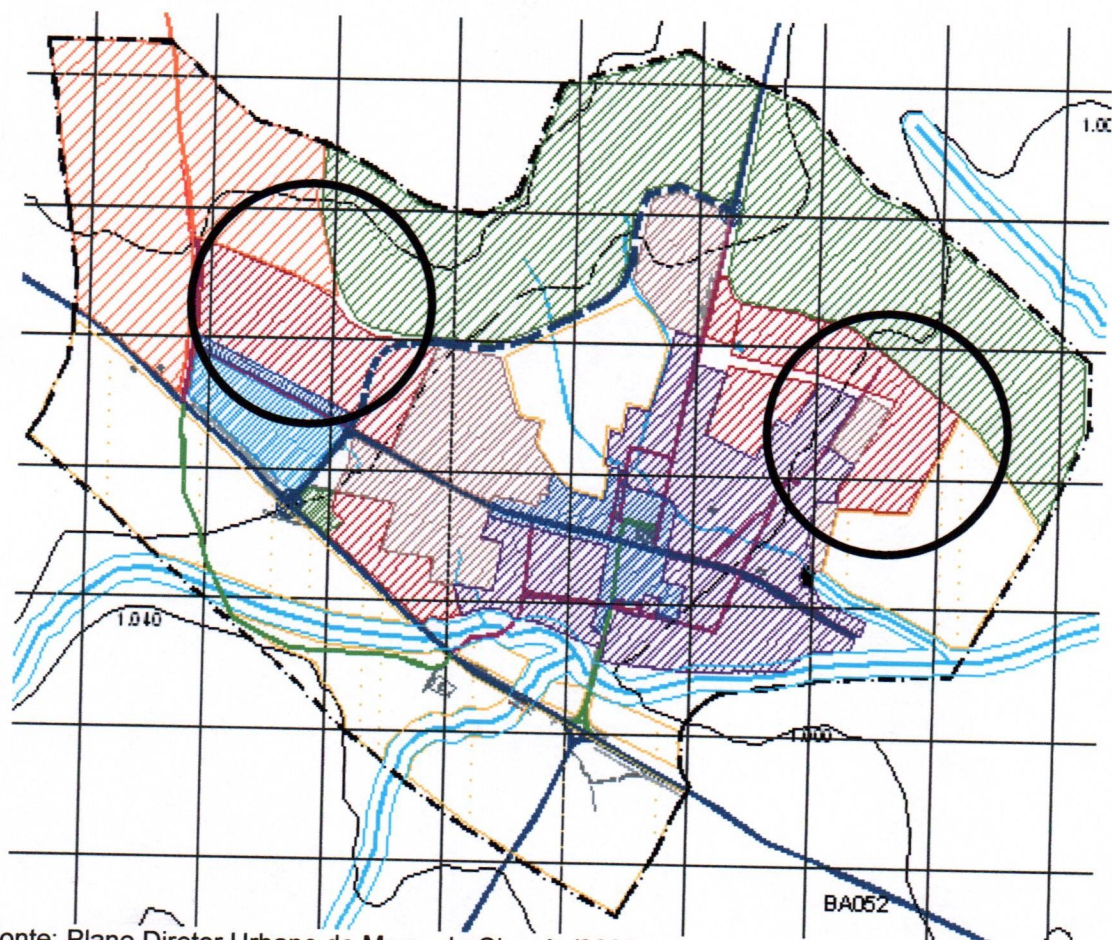
Dentre os aspectos influenciadores podemos destacar a posição de destaque assumida pela cidade nos anos 80, com um entroncamento rodoviário regional, o qual se desenvolveu com maior intensidade nos anos 90 com a interligação de trechos ao longo do rio São Francisco, na Bahia, unindo os cerrados baianos e o Centro-Oeste brasileiro ao nordeste do país. Desta forma Morro do Chapéu opera na atualidade como um entroncamento rodoviário por onde passa um grande fluxo de carretas transportando soja, milho, feijão, mamona inclusive parte da produção agrícola da região de Irecê.

Com esse novo eixo viário a cidade passou a ter um fluxo maior de migrantes dos mais diversos pontos do nordeste, que pela facilidade do contorno viário passou a parar e permanecer com maior freqüência na cidade. Por outro lado as lavouras de café e a agricultura irrigada passaram a ocupar mais mão de obra, trazendo movimento para a cidade e como conseqüência aumento no número de habitantes. Começava a busca por áreas de menor custo para edificação de novas moradias.

Em decorrência do poder aquisitivo baixo as Zonas de maior influência na vida econômica da cidade passou a ter custos altos para o padrão da grande maioria. Está aí o grande motivo para a crescente ocupação de forma desigual dos espaços do entorno do centro.

É a partir deste contexto que o processo desigual de urbanização se dá, sem nenhum controle do poder público, onde os efeitos visuais na formação da cidade podem ser visto no surgimento da área de maior crescimento urbano das últimas duas décadas o bairro do Alto da Chapada, e com menor visibilidade ocupações no Bairro da Pedra Grande. (Figura 3)

Figura 3: Espaço de Maior Crescimento Urbano



Fonte: Plano Diretor Urbano de Morro do Chapéu/2005
Adaptado por: Amália Gonçalves e Ubiracy Silva Filho

3.1 Crescimento urbano, Parâmetros de uso e ocupação do solo

Não há dados sistematizados nos anos anteriores a 2003 no banco de dados do Setor de Arrecadação e Tributação do município, órgão vinculado a Secretaria de Planejamento e Finanças do Município de Morro do Chapéu, existem informações arquivadas em pastas A-Z onde ficam as vias dos alvarás de licença de construção (Quadro 1).

Após pesquisa podemos constatar que nos últimos dez anos a licença para construção teve variações quanto à quantidade, e vêm decaindo nos últimos anos. Nos últimos dez anos o crescimento foi maior em 1996 e 1998, uma leve alta em 2004.

Quadro 1: Alvará – licença para construção

ANO	QTD/ALVARÁS
1996	463
1997	220
1998	736
1999	200
2000	328
2001	127
2002	142
2003	116
2004	340
2005	176
2006 *	205

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças/2006

* até 08/12/2006

Elaborado por: Amália Gonçalves e Ubiracy Silva Filho, 2006

Quadro 2: Imóveis cadastrados por bairros, 2004

BAIRRO	QTD/IMÓVEIS
Alto da Chapada	744
Bairro da Paz	58
Caixa D'Água	1.240
Capelinha	248
Centro	2.480
Colibri	62
Cruzeiro	682
Pedra Grande	1.178
Rodoviária	744
São Sebastião	372
São Vicente	248
Vale Ouro	53
TOTAL	8.109

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças/2006

Elaboração: Amália Gonçalves e Ubiracy Filho

Até o ano de 2003 a cidade de Morro do Chapéu não tinha formalizado a existência de divisões em forma de bairros em sua estrutura funcional, mesmo popularmente já conotando alguns pontos da cidade como lugares diferentes do centro, como a Pedra Grande, que se tornou bairro com o mesmo nome, da mesma forma como a Caixa D'Água, Vale Ouro e Rodoviária.

Em 2003 a Prefeitura Municipal de Morro do Chapéu, contratou a empresa UFC Engenharia LTDA, que em julho de 2004, fez um recadastramento geral de todo perímetro urbano da cidade. Após esse levantamento a cidade passou a reconhecer áreas até então generalizada como

levantamento a cidade passou a reconhecer áreas até então generalizada como

centro em divisões em bairros, perfazendo assim um total de 12 (doze) divisões e com a respectiva quantidade de imóveis registrados no cadastro imobiliário da prefeitura, conforme Quadro 2.

Baseado nos dados encontrados e em entrevistas diversas com funcionários da prefeitura podemos observar que a situação do tecido urbano da cidade de Morro do Chapéu tem implicações em problemas de crescimento desigual com maior grau nos bairros da Caixa D'Água, parte do bairro do Paxola e mais acentuado no bairro Alto da Chapada.

As explicações mais convincentes para a atual situação parte da ocupação indevida de áreas dos bairros mencionados que foram invadidos sem que o dono reivindicasse o direito de posse e a ausência do poder público quanto ao gerenciamento do uso do solo.

Em entrevista em loco no Bairro do Alto da Chapada há uma quantidade significativa de imóveis sem cadastro imobiliário junto à prefeitura. Segundo Setor de Arrecadação e Tributação o Bairro surgiu por invasão de áreas e cresce da mesma forma. No começo pequenas áreas foram delimitadas por moradores antigos que conseguira o direito de posse. Há sobre a maior parte da área do bairro uma questão em juízo ainda não definida.

Em entrevista em loco no Bairro do Alto da Chapada há uma quantidade significativa de imóveis sem cadastro imobiliário junto à prefeitura. Segundo Setor de Arrecadação e Tributação o Bairro surgiu por invasão de áreas e cresce da mesma forma. No começo pequenas áreas foram delimitadas por moradores antigos que conseguira o direito de posse. Há sobre a maior parte da área do bairro uma questão em juízo ainda não definida.

3.2 Zoneamento de áreas

A cidade de Morro do Chapéu está dividida em zonas de acordo com sua especificidade, na parte central da cidade fica a Zona de Comércio e Serviços, abrange a área do Mercado Municipal, a feira livre além das confluências das principais vias urbanas, e uma faixa de concentração de comércio e serviços em áreas contíguas à Zona de Apoio Rodoviário.

Figura 4: Zona de comércio no centro da cidade



Foto: Amália Gonçalves e Ubiracy Silva Filho/2006

A Zona Residencial caracteriza-se por áreas de ocupação consolidada, localizada no entorno do centro da cidade, onde a infra-estrutura e os móveis apresentam melhor qualidade e os terrenos são adequados à ocupação urbana. Mesmo assim, há problemas pontuais de drenagem pluvial, principalmente nas proximidades do canal do Riacho Yu-Yú.

Figura 5: Zona residencial



Foto: Amália Gonçalves e Ubiracy Silva Filho, 2006

A Zona Especial de Interesse Social fica em áreas de ocupação consolidada que apresentam alta vulnerabilidade sócio-ambiental, devido principalmente à ocorrência de infra-estrutura de saneamento básico, e de sistema viário, além da presença de afloramento rochosos que dificultam a implantação e ampliação das

redes de infra-estrutura e de melhorias urbanas, nos bairros da Caixa D'Água, da Rodoviária, Pedra Grande e São Sebastião, além do bairro da Capelinha.

Nestes locais as edificações estão chegando a beira dos morros rochosos, sem haver condição para construção.

A Zona de Urbanização Prioritária, onde podemos constatar fortemente incidências de um crescimento desigual, são representadas por áreas com ocupações ainda não consolidadas, que apresentam

intensa carência de infra-estrutura, situadas sobre terrenos sedimentares adequados ao adensamento urbano, sendo que sua consolidação esta condicionada a implantação prioritária de redes de infra-estrutura. Destacam-se os bairros do Alto da Chapada e trechos do bairro da Caixa D'Água, Pedra Grande e da Rodoviária. São nestes pontos que, segundo o Setor de Arrecadação e Tributação da Prefeitura Municipal, há a maior ocorrência de imóveis em situação irregulares.

Figura 6: Zona especial de interesse social



Foto: Amália Gonçalves e Uiracy Silva Filho, 2006

Figura 7: Zona de Expansão prioritária



Foto: Amália Gonçalves e Uiracy Silva Filho, 2006.

Zona de Expansão Prioritária são representadas por amplas glebas situadas a oeste da cidade, sobre terrenos sedimentares adequados à ocupação urbana, com ausência de infra-estrutura. A Zona de Ocupação Rarefeita caracteriza pela presença de áreas úmidas situadas ao longo das baixas de rios e riachos, em especial do

Rio Jacuípe e o Riacho Yu-Yú. Segundo a legislação municipal essas áreas devem ser ocupadas sob parâmetros urbanísticos de baixa densidade.

A Zona de Apoio Rodoviário fica a oeste da cidade, delimitada pela Rua Joel Modesto, seguindo até o terminal rodoviário e finaliza na BA-052. Nesta zona circulam veículos que passam pela cidade sentido BA-426 a BA-052, (Jacobina-Irecê).

É nesta zona que se concentra o maior fluxo de veículos que

transita na no sentido das duas cidades pólos regionais (Irecê/Jacobina), além de ser o fluxo de movimento diário que liga o centro da cidade aos bairros de maior número de residências como a Caixa D'Água, Rodoviário, Collibrir e o Alto da Chapada.

Figura 8: Zona de Apoio Rodoviário



Foto: Amália Gonçalves, 2006

Figura 9: Zona de Proteção Rigorosa

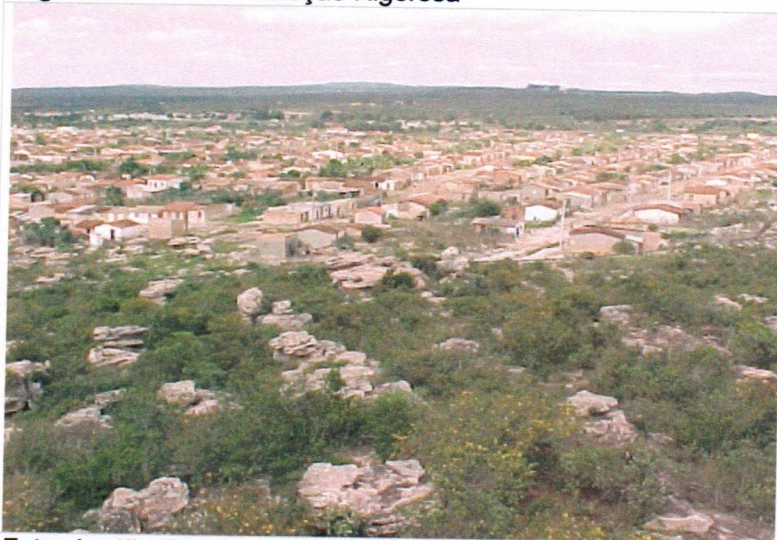


Foto: Amália Gonçalves e Ubiracy Silva Filho, 2006.

Zona de Proteção Rigorosas, previsto pela Lei Municipal nº 717 de 23 de maio de 2005, formada pelos morros rochosos situado a sudeste e norte da cidade e pelos sítios arqueológico urbano situado nas proximidades do Terminal Rodoviário. Destacam-se ainda, as

áreas de preservação permanente representadas pelas faixas de margens dos cursos d'água.

Através do zoneamento da cidade, podemos destacar com nitidez os principais pontos problemáticos objeto de estudo deste trabalho que são: bairro do Alto da Chapada, parte do bairro da Caixa D'Água, Pedra Grande e São Sebastião.

Quadro 3: Uso e ocupação do solo urbano

Zona	Uso Predominante	IU	IO	IP	Gabari to	Lote mim. (m ²)
Zona de Com. e Serviço	Com./serviço	1,2	0,6	0,2	2	250
Zonas Esp. de In. Social	Residencial	1,4	0,7	0,2	2	100
Zona Residencial	Residencial	1	0,5	0,3	2	250
Zona de Urb. Prioritária	Residencial	1	0,5	0,3	2	200
Zona de Exp. Prioritária	Residencial	1,2	0,5	0,3	3	250
Zona de Ocup. Rarefeita	Residencial	0,2	0,1	0,7	2	3.000
Zona de Ap. Rodoviário	Com./serviço	2	0,8	0,1	3	250

Fonte: Plano Diretor Urbano de Morro do Chapéu/2003

Elaborado por: Amália Gonçalves e Ubiracy Silva Filho

Segundo o Setor de Arrecadação e Tributação, órgão vinculado a Secretaria de Planejamento e Finanças do Município de Morro do Chapéu a cidade está dividida em três setores distintos, conforme quadro abaixo:

Quadro 04: Divisão de áreas da cidade de Morro do Chapéu

Setor	Localização	Composição
01	Parte Central	Centro
02	Parte sul e sudeste a partir do centro.	Bairros do Vale Ouro, São Vicente, São Sebastião, Paxola e Pedra Grande.
03	Parte norte e noroeste a partir do centro	Bairros da Capelinha, Caixa D'Água, Auto da Chapada, Colibrir, Bairro da Paz, Cruzeiro e Rodoviária.

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças/2006

Elaborado por: Amália Gonçalves e Ubiracy Silva Filho

4 DESAFIOS DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA CIDADE DE MORRO DO CHAPÉU

Os diversos desafios do processo de urbanização e suas implicações na cidade de Morro do Chapéu estão explícitos na expansão da cidade a partir da década de 80, quando a cidade, cresce para além do centro que predominava até então o traçado original por longas décadas da cidade.

As implicações se fazem presente em toda parte da cidade nos mais variados aspectos: ausência de políticas públicas ainda que previsto já em lei, por parte do poder público, questões geoambientais que dificultam a expansão de infra-estrutura, a utilização indevida de áreas destinadas à preservação ambiental, a dificuldade de legalização, são implicações que trazem dificuldades para o processo de expansão urbana da cidade.

O incentivo a áreas propícias a expansão da cidade, onde há espaço para crescimento com terrenos firmes e sem problemas ambientais, que implicam na expansão na infra-estrutura dos serviços básicos.

Quadro 5: Realidade atual da infra-estrutura

EQUIPAMENTO	SIM	NÃO
Rede de Água	121	346
Rede Elétrica	83	384
Rede Telefônica	204	263
Rede de Esgoto	449	18
Galeria Pluvial	7	460
Meio-Fio	0	467
Sarjeta	0	467
Arborização	440	27

SERVIÇOS	SIM	NÃO
Iluminação Pública	456	11
Limpeza Pública	0	467
Coleta de Lixo	152	315
Policiamento	0	467
Transporte	453	14
Telefone Público	0	467

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças/2006
Adaptação/Elaboração: Amália Gonçalves/2006

Dados da prefeitura indicam que há 467 logradouros com Nomes Oficiais, somando uma extensão total de 146.950,16 metros. Por outro lado, registram-se 2.912.827,52 metros de logradouro sem Nome Oficial.

Nota-se que, a ausência de políticas públicas nas áreas periféricas da cidade pode ser constatada no quadro 5 relativo a infra-estrutura, predominam nos bairros do Paxola, Pedra Grande, Caixa D'Água, Capelinha e Rodoviária. Não há saneamento básico e a maioria das ruas não são pavimentadas. No bairro do Alto da Chapada a situação é mais acentuada, tem logradouros sem água e energia. Não há nenhum projeto em tramitação ou em fase de execução por parte do poder público no sentido de minimizar os problemas.

As unidades geoambientais urbanas se dividem em cinco unidades, que por sua importância na conformação do sítio urbano. A primeira é a Coberturas tectono-quaternárias com um relevo com declividade de até 3%, solo profundo, textura areno-argilosa, bastante permeável, tem aptidão para ocupação com limitações referente ao aquífero raso e permeável muito suscetível à contaminação, predominam mais no Centro, no bairro da Pedra Grande, e no bairro Alto da Chapada.

A segunda unidade geoambiental é a de solo raso com afloramento e lajedos de arenitos, tem plano com declividade de até 3%, o solo é raso com eventuais afloramentos de blocos de lajedos rochosos, tem aptidão para ocupação, as limitações são lajedos impedem escavações para sistema de esgoto e drenagem, predominam nos bairros da Caixa D'Água e Rodoviária.

A terceira unidade geoambiental são morros de arenitos e conglomerados, relevo de terrenos rochoso e irregulares com declividade variáveis até 45%, solo muito raso e rochoso, aptidão para áreas de preservação permanente, as limitações são terrenos muito rochoso, irregulares e declivoso, estão dentro do perímetro urbano delimitado pelo Plano Diretor Urbano, com poucas edificações nos bairros da Caixa D'Água, Pedra Grande e Vale Ouro,

A quarta unidade geoambiental é argilitos, e conglomerados, com relevo levemente irregular com declividades variáveis até 6%, o solo é raso e friável, textura areno argilosa, tem aptidão para ocupação, com limitações de grande susceptibilidade à erosão, menor parte do perímetro urbano fica as margens da BA-423. A quinta unidade geoambiental é a de várzeas com relevo plano com declividade de até 3%, o solo é rico em matéria orgânica, tem aptidão para preservação permanente e cultivo, as limitações é que estão sujeitas à inundação, proximidade do rio e aquífero raso que aumentam risco de contaminação, estão localizados no bairro Caixa D'Água e as margens da BA-052

As características geoambientais e infra-estruturais existentes indicam que o vetor de expansão prioritária deve ter direção oeste, onde há terrenos firmes e não rochosos característicos das coberturas sedimentares terciário-quadernárias, adequados à ocupação. Além disso, o crescimento nessa direção evita conflitos decorrentes do seccionamento do tecido urbano pela rodovia BA-052, como acontece no vetor de expansão sul, ao longo da BA-426, que apesar da similaridade geoambiental, está separado da cidade pela BA-052 (Estrada do Feijão). Este vetor sul configura-se, portanto, como opção à expansão urbana de médio e longo prazo.

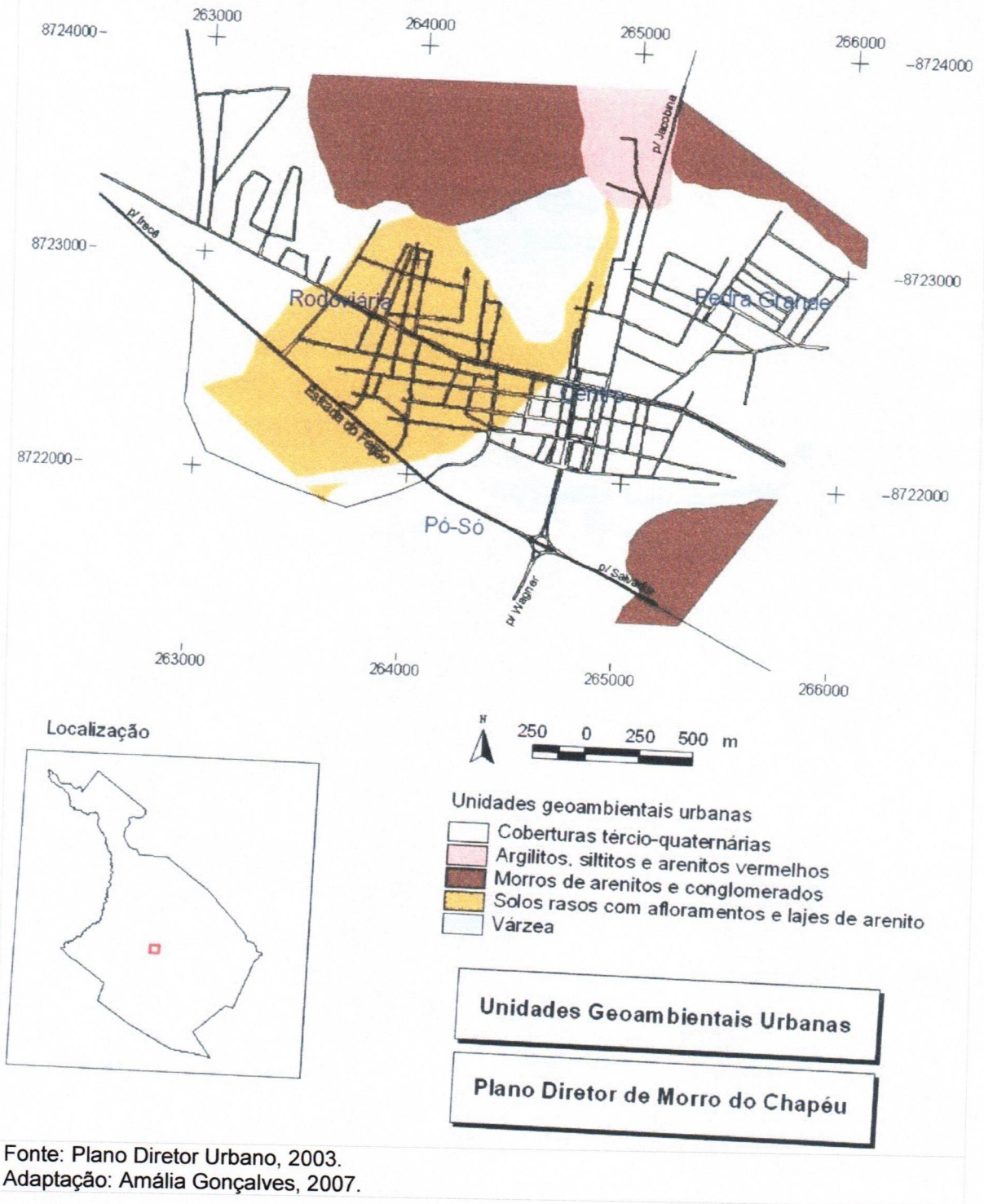
As áreas situadas a sudoeste, leste e norte da cidade apresentam fragilidade geoambiental e devem ser ocupadas adotando-se padrões de baixa densidade, sendo proibida a ocupação de margens de rios e morros rochosos (áreas de preservação permanente).

A implantação do loteamento situado em área alagável, próxima à nascente do Riacho Yu-Yú, deve ser acompanhada de tratamento paisagístico e recuperação ambiental, através de recomposição da cobertura vegetal e disponibilidade de glebas para reservação de águas pluviais, já que esta é a função natural da área, caso contrário, os riscos de ocorrerem problemas de drenagem serão iminentes.

Implicações de ordem econômica não acompanham o crescimento em igual proporção à ocupação dos espaços no entorno. A cidade cresce na camada da população mais carente. Para todos os lados o ritmo de crescimento se dá na mesma classe social. Apenas parte do bairro da Pedra Grande tem diferença nas novas construções que conotam poder aquisitivo maior, e raríssimas exceções nas demais partes.

A formação de novos espaços habitáveis acontece de forma desordenada, sem nenhum acompanhamento da legislação existente. No Setor de Tributação há somente a expedição da licença de construção, mas não há acompanhamento e fiscalização das edificações.

Figura 10: Unidades Geoambientais urbana de Morro do Chapau.



4.1 Problemas diagnosticados e possíveis soluções

Na área central o problema mais grave é o fluxo de veículos pesados. Decorre por conta da ligação da BA-052 a BA-426, onde o fluxo diário de caminhões tem causado danos às construções históricas, tanto residenciais como áreas de comércio, da mesma forma as vias públicas que cortam o centro da cidade estão em constante manutenção.

A solução apontada pelo Plano Diretor Urbano da cidade de Morro do Chapéu é organizar a circulação de veículos dentro da cidade, evitando principalmente o tráfego de caminhões em áreas de relevante interesse histórico no centro da cidade; criar uma lógica de circulação viária com orientação longitudinal à implantação do tecido urbano, paralelo a BA-052, com vias transversais secundárias para distribuição do fluxo aos bairros; concentrar atividades que impliquem em aumento de fluxo de veículos e pedestres, tais como comércio, serviços, administração pública, entre outros.

Ocupações de áreas inadequadas ocorrem nos diversos bairros, as maiores incidências ocorrem nos bairros do Alto da Chapada, Caixa D'Água, Capelinha e Pedra Grande, os problemas mais acentuados são a falta de infra-estrutura de serviços básicos de água, energia, saneamento. Existem formações rochosas ao meio de ocupações o que acaba por dificultar a existência dos serviços citados. O Bairro do Alto da Chapada está em franco crescimento. De forma desigual, as ruas estão sendo formadas em sentidos diversos, sem nenhum controle ou obediência a legislação existente.

Saneamento básico não existe na maior parte da cidade, fossas sépticas, e esgotos são jogados na própria rua.

Tem-se registro de casas construídas nas áreas de várzea do rio Jacuípe e já foram registradas ocorrências de inundações nestas construções. Da mesma forma no Bairro da Caixa D'Água há um loteamento de casas populares na várzea do rio Yu-Yu e caso não seja construída uma excelente rede de drenagem, as casas irão sofrer com inundações periódicas.

Figura 11 - 12: Zona de várzea antes e depois



Fonte: Plano Diretor Urbano/2003

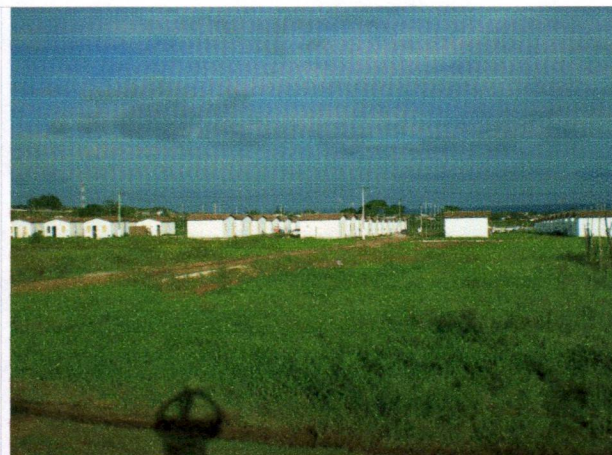


Foto: Ubiracy Silva Filho/2006

No bairro da Pedra Grande, os imóveis já chegaram às formações rochosas, impossibilitando o crescimento da cidade.

4.2 Implicações de caráter sócio-ambientais

Dentre as principais consequências da falta de alternativas de moradias legais está a agressão ambiental. As quais merecem destaque: mau gerenciamento dos recursos hídricos; ausência de saneamento; falta de consciência ambiental (lixo nas ruas); presença de auto-construções em

Figura 13: Casas chegando à parte rochosa

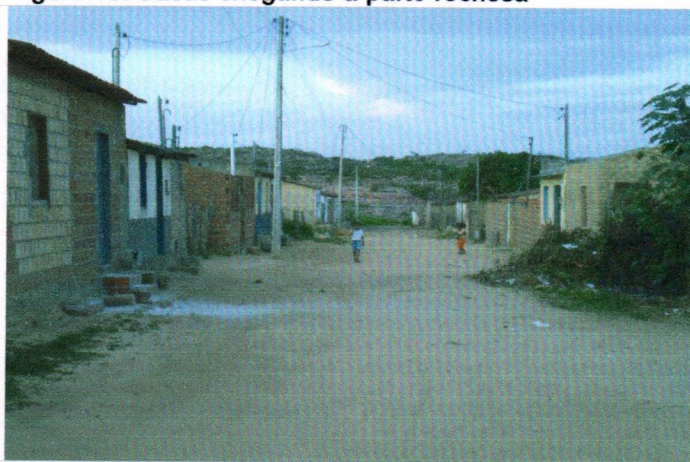


Foto: Amália Gonçalves, 2006.

locais inadequados. Em Morro do Chapéu, como na maioria das cidades os rios, tornaram-se canais ou destino dos esgotos domésticos.

A deterioração desses rios (Jacuipe e Yu-Yú) vem crescendo ao longo dos anos, Segundo o pesquisador Márcio Gonçalves Brito, profissional responsável pela

catalogação dos diversos recursos naturais do município, a escalada do processo de degradação, que se observa atualmente, foi instalada a muito tempo.

No perímetro urbano, é latente e preocupante a degradação antrópica que o Rio Jacuípe e o Rio Yu-Yú apresenta, nos dias atuais. Neste trecho há fortes impactos ambientais que comprometem a sua vitalidade.

"A questão ambiental, portanto, precisa ser abordada localmente a partir de uma correta conceituação de meio ambiente urbano. No sentido amplo, ele pode ser definido como um espaço limitado e densamente povoado formado pelo ambiente natural e construído". (R.M. Rilke - Livro das horas, Librairie Stock. 1902)

A degradação é ocasionada por vários fatores, como:

- ✓ *Derrame direto de esgotos domésticos no rio* – Por falta de saneamento básico na cidade, os esgotos das casas correm a céu aberto e são derramados diretamente no rio.

Figura 14 e 15: Esgoto lançado no rio



Fotos: Amália Gonçalves e Ubiracy Silva Filho, 2006.

- ✓ *Deposição de lixo* – Por falta de conscientização ambiental, há pessoas que depositam garrafas de refrigerantes, papéis, copos e sacolas plásticas, nas proximidades do rio, os quais são levados pela chuva e pelo vento, tornando-se mais uma fonte de poluição;

O alarmante estado de degradação do Rio Jacuípe, relacionado às atividades produtivas e ao crescimento da urbanização ao longo do seu curso, tem causado enormes transtornos sociais, econômicos e ecológicos para o município de Morro do Chapéu.

Os órgãos competentes, nos níveis estadual e municipal, mesmo possuindo estas informações não tomaram atitudes concretas eficazes, principalmente na área

ambiental, apesar de existir desde 1995, um plano diretor municipal (PDM), que procura balancear os problemas de natureza sócio-econômica, físico-territorial, institucional e de infra-estrutura, levando em consideração as potencialidades, tradições, vocações, carências locais e questões ambientais.

Um patrimônio histórico, ambiental e cultural, sendo de fundamental importância a sua recuperação e sustentabilidade. Sua conservação é um instrumento que possibilita informar, sensibilizar, e mobilizar a sociedade civil para participar de forma mais efetiva no processo de revitalização.

Sabe-se que é determinante a intervenção do poder público sobre a preservação de um rio e do meio ambiente em geral, tendo em vista ser ele o maior detentor de recursos e de deveres, os quais lhe foram outorgados pelo povo. Contudo, deve ser também compromisso da população envolver-se no processo de proteção do patrimônio ambiental, pois é sabido que sem o respaldo da comunidade, nenhuma política de conservação da natureza terá êxito.

4.3 Legalização de ocupações indevidas

Não há dados oficiais quanto legalização formal dos imóveis na cidade de Morro do Chapéu, segundo dados obtidos no Setor de Arrecadação e Tributação, órgão vinculado a Secretaria de Planejamento e Finanças para se obter o Alvará de Construção devem ser apresentado comprovação de posse, e documentos pessoais, segundo o órgão a estimativa conforme Quadro 6 é que a grande maioria das licenças são concedidas mediante apresentação de um recibo de compra e venda, sem a tramitação legal de escritura pública.

A área de maior conflito é a invasão que deu origem ao bairro Alto da Chapada. Área que está em processo na justiça e que foi aos poucos sendo invadida, incentivada

Quadro 6: obtenção de licença para construção

Documentação apresentada	Percentual
Escritura Pública	5%
Contrato de Compra e Venda	80%
Requerimento de Posse	15%

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças/2006
Elaborado por: Amália Gonçalves e Ubiracy Silva Filho

pelo poder público ao abrir ruas, levando energia e água para as áreas invadidas. Em menor escala ocorre nos bairros da Caixa D'Água, Capelinha, Paxola onde as invasões aconteceram e o proprietário não acionaram a justiça para contestar.

O Contrato de Compra e venda é o documento predominante, onde se sucede de compra em compra. A escritura pública é pouco utilizada pelo custo operacional. Como intermediário está o requerimento de posse feito direto a prefeitura que autoriza ou não.

Atitudes governamentais assistencialistas, como a doação de lotes urbanos e a tolerância a ocupações irregulares, fomentou o crescimento, sem infra-estrutura, fazendo surgir ocupações sub-normais em diversos locais da área urbana. É o caso dos bairros de Pedra Grande, Caixa D'Água e Capelinha, ocupações mais antigas e, mais recentemente, o assentamento Alto da Chapada (ocupação por "invasão") Rodoviária e Parque de Exposições.

Por sua vez, não houve geração de renda tributária que acompanhasse a demanda de serviços públicos básicos e infra-estrutura urbana de responsabilidade municipal. Com isso foi ativada a bomba relógio que apenas está começando sua autodetonação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ao analisarmos o processo de urbanização e suas implicações na cidade de Morro do Chapéu, temos a surpresa de observar as particularidades da formação da mesma, sob influências de centros modernos, a cidade se projeta para o crescimento ordenado, qualificado e sob legislação própria no começo do século XX.

Ao adentrarmos nas questões pertinentes a atual situação da cidade, podemos constatar a proximidade nos diversos autores consultados com a realidade constatada. Sobre a influência de formação diferencial de Morro do Chapéu na região, encontramos: *“Foi verificado que de acordo com o tipo de sociedade, as relações entre cidade e região não se processam do mesmo modo”* (CORRÊA; 1989, p. 40). Embora baseado nos estudos do autor, quanto às particularidades na formação das cidades, não obtivemos referências editadas a respeito de que a cidade de Morro do Chapéu teve em sua formação, mesmo reconhecendo a circunstância histórica do seu surgimento, ao mesmo tempo em que o processo de urbanização se dava em Paris, e no Brasil os casos do Rio de Janeiro e até mesmo Salvador.

Ao sair do seu traçado original deparamos com problemas de diversas naturezas onde podemos constatar o retrato das cidades brasileiras diagnosticada pelos autores. *“Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas.”* (SANTOS; 1994, p. 95). Não foi diferente no objeto de estudo em questão, onde a soma de vários fatores contribuiu para uma circunstância de difícil, porém possível (re)ordenamento do uso e ocupação do tecido urbano da cidade.

O inchaço urbano está gerando problemas urbanos típicos de cidades grandes e de porte médio, como é o caso de segurança pública (violência, delinquência juvenil, roubos, etc...) e de miséria explícita, desarticulada das redes de solidariedade tradicional que mantinham a estabilidade social de grande parte da pobreza nacional. É possível que uma avaliação mais apurada possa mensurar a perda de identidade e do sentido de pertinência na sociedade local. A vida nas cidades

continua a ser um desafio neste século recém iniciado, acirrando cada vez mais os conflitantes interesses em jogo e tendo como pano de fundo uma urbanização perversa que agrava diuturnamente o quadro de exclusão social, tornando mais evidente a marginalização de grandes segmentos populacionais.

Para a elaboração de uma alternativa de desenvolvimento, são considerados, numa visão integrada e crítica: os baixos índices de desenvolvimento econômico e de qualidade de vida, aferidos, e de sua dinâmica e processo histórico recente; a ausência de políticas públicas capazes de mudar o rumo da urbanização da cidade.

A condição social e a ausência de normas parecem ser os dois fatores de maior significância na realidade observada. Por parte do poder público não há dados reais da situação, apenas do ano de 2003 em diante se tem um sistema informatizado e houve um recadastramento e uma planta de arruamento que fez uma radiografia geral da cidade,

Pode-se acreditar que pensar no urbano deve envolver um esforço de pensar as necessidades futuras, baseando-se nas lições do passado, a fim de buscar propostas e ações, seja a médio ou longo prazo, dentro de uma realidade sócio-econômica e política, de modo a oferecer melhores condições de vida a esta cidade e não se reproduzir padrões que muitas vezes não condiziam com a realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re) produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989. –(Série Princípios)

_____. **Região e Organização Espacial**. Série Princípios. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DAMIANI, Amélia Luisa, A. L. CARLOS, Ana Fani Alessandri, SEABRE, O.C. de L. (Orgs.) **O Espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

DEAK, Csaba; SCAIFFER, Sueli Ramos. (Org.). **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999.

FONSECA, Antonio Ângelo Martins da. **Instituição e desenvolvimento territorial: o desempenho municipal após a descentralização**. Feira de Santana, BA: UEFS, 2005.

GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. São Paulo: DIFEL, 1983.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

IBGE. **Censo Demográfico: Morro do Chapéu, 2006**. Rio de Janeiro: IBGE...

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. 2ª ed. São Paulo: Paz e terra, 1993.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia (org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORRO DO CHAPÉU. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor Urbano**. Morro do Chapéu, 2000.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: espaço e tempo; razão e emoção**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Cidade, corporação e periferia urbana**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

SOUZA, M.J.L. **Urbanização e Desenvolvimento no Brasil Atual**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. 13ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.